

O lulismo e a mudança da natureza do trabalho docente*

Lulism and the change of teaching work nature

João dos Reis Silva Júnior¹

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Brasil

Luiz Carlos Anelli Júnior²

Faculdade de Tecnologia de Itapetininga, Fatec, Brasil

Deise Mancebo³

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil

Resumo

A história recente do Brasil, e da educação brasileira em particular, é permeada por continuidades, descontinuidades ou rupturas decorrentes das mudanças na economia, na estrutura do aparelho de Estado, na sociedade civil, nas instituições republicanas e na constituição da sociabilidade do indivíduo. Este texto defende a hipótese de que nas últimas duas décadas as universidades públicas federais brasileiras tornaram-se agências executivas de políticas públicas de competência do Estado. Desenvolve o argumento a partir de um percurso histórico que remonta à década de 1980, para afirmar a hipótese central em duas dimensões: (1) na mercantilização da produção do conhecimento e (2) na certificação em massa. No primeiro caso, localiza um direcionamento da produção científica voltada para áreas economicamente prioritárias e, portanto, as mais diretamente relacionadas às demandas de mercado. Na segunda dimensão – a da certificação em massa – dirigida principalmente para setores sociais mais empobrecidos da população, a expansão do sistema objetiva fornecer mais força de trabalho para a execução do trabalho precarizado, ao mesmo tempo em que se constitui em um estrutural apelo para a produção da *hegemonia às avessas*. Conclui, analisando que a mudança do papel da universidade pública fortalece a forma peculiar de hegemonia da história brasileira atual: o lulismo.

Palavras-chave: Reforma da educação superior, Predominância financeira, Lulismo.

Abstract

The recent history of Brazil and Brazilian education in particular, is permeated by continuities, discontinuities or disruptions resulting from changes in the economy, in the structure of the state apparatus, in civil society, in the republican institutions and in the constitution of the individual sociability. This text supports the hypothesis that in the last two decades public Brazilian federal universities have become executive agencies for public policies of the State. It develops the argument from a historical background dating back to the 1980s, to affirm the central hypothesis in two dimensions: (1) the commodification of knowledge and

1 Professor Associado da Universidade Federal de São Carlos e Livre-Docente pela Universidade de São Paulo. Coordenador do Observatório sobre Políticas da Expansão da Educação Superior no Brasil – Capes/INEP. E-mail: jr@ufscar.br

2 Professor Associado na Faculdade de Tecnologia de Itapetininga e Pós-Doutorando na Universidade Federal de São Carlos. E-mail: luiz.anelli@fatec.sp.gov.br

3 Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Coordenadora do Observatório sobre Políticas da Expansão da Educação Superior no Brasil – Capes/INEP. E-mail: deise.mancebo@gmail.com

* Agências Financiadoras: CAPES/INEP – Programa Observatório da Educação (2013-2016) - OBEDUC nº 20346; MCT/CNPq – Edital Universal – 2012-2015; FAPESP

(2) mass certification. In the first case, it finds a direction of scientific production to areas that are economical priorities, and in the second dimension, aimed at the poorest social sectors, the expansion of the system aims to provide more manpower for the execution of precarious work, at the same time that constitutes a structural call for the production of *hegemony in reverse*. It concludes by analyzing that the changing role of the public university strengthens the peculiar form of hegemony in Brazilian history today: Lulism.

Keywords: Higher education reform, Financial predominance, Lulism.

Breve percurso histórico: a “década perdida”?

A história recente do Brasil, e da educação brasileira em particular, é permeada por continuidades, descontinuidades ou rupturas decorrentes das mudanças na economia, na estrutura do aparelho de Estado, na sociedade civil, nas instituições republicanas e na constituição da sociabilidade do indivíduo. Muitas reformas institucionais ocorreram desde os anos 1950 até o primeiro lustro deste século. Tendo em geral origem no Estado, estas mudanças buscaram mudar os processos de construção da sociabilidade humana, com a finalidade de adequá-la à forma do pacto social assumida pelo país em cada tempo histórico, para o que tem concorrido de maneira específica e sempre relevante a educação, focada nesse texto na educação de nível superior.

A década de 1980 pode, aqui, ser tomada como um razoável ponto de partida para a construção de uma boa hipótese de trabalho sobre o novo papel social, econômico e, sobretudo, político da universidade pública, especialmente as do sistema federal de educação superior. A década foi um momento de redemocratização do país, mas considerada como “década perdida” pelos economistas. Durante aquele momento histórico brasileiro, a crise herdada da ditadura civil-militar foi politizada no processo de transição do poder político das mãos dos militares para as dos civis – de um regime ditatorial para uma *quase-democracia*. Por outro lado, assistiu-se a várias tentativas fracassadas de impor a ortodoxia econômica como política sustentada no monetarismo, bastando lembrar-se do *Plano Cruzado*, do *Plano Bresser 1 e 2*, do *Plano Verão*, *Plano Collor*, dentre outras tentativas menores de ajustes.

A contradição entre, de um lado, um profundo déficit social e produtivo, acumulado durante a denominada “década perdida”, e, de outro, a redemocratização do poder que produziu a politização da crise econômica ocorrida durante a ditadura civil-militar e não solucionada no mesmo período histórico, enfraqueceu os movimentos sociais, as instituições e organizações políticas de mediação entre o Estado e a sociedade civil, possibilitando o ajuste socioeconômico e político do início dos anos 1990.

Durante a década de 1980, o aparelho de Estado brasileiro foi exposto como grande, gastador, interventor, falido, ineficiente na prestação de serviços sociais, para realizar a demanda exigida para o cumprimento dos direitos sociais. A economia encontrava-se estagnada e a inflação em altos níveis, algo próximo de 200% ao mês, a dívida externa era vultosa e a moratória foi a saída encontrada pelo então presidente Sarney, enquanto a dívida interna aumentava na mesma aceleração dos níveis da inflação em razão da necessidade de emissão de obrigações do tesouro nacional. O Brasil era insolvente!

Por outro lado, é inegável que desde a campanha pela Anistia no final da década de 1970, a sociedade civil parecia respirar a possibilidade de o país viver uma demo-

cracia ao final da sangrenta ditadura. Havia no âmbito social uma redemocratização do país como sustentam vários intelectuais como Carlos Nelson Coutinho (1980) e Leandro Konder (2005), entre outros.

Contudo os economistas mostravam o enorme déficit na economia. Cano (1994) analisa o processo de industrialização do país em suas três fases, considerando a conjuntura macroeconômica mundial para então compreender a década de 1980. Sobre os constrangimentos da década de 1980 argumenta o economista, que:

[...] o poder financeiro internacional, da produção, do controle tecnológico e do mercado, passou crescentemente a depender dessas empresas [as multinacionais de novo estilo ou grupos predominantemente industriais (GPIs)] e bancos internacionais, diluindo ou dificultando ainda mais o poder de negociação dos países subdesenvolvidos. As grandes decisões sobre a produção, comércio, transferência de tecnologia e financiamento sofreram assim forte deslocamento institucional, da órbita predominantemente pública para a predominantemente privada (CANO, 1994, p.25).

Naquele período, já se fazia sentir o que orientaria a trajetória e o programa do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) na década de 1990. Em acréscimo, Cano apresenta a especificidade do Brasil. O endividamento externo brasileiro era muito grande e sem possibilidade de administração o que expunha a fragilidade financeira do Estado em intervir de forma a organizar a economia doméstica.

Segundo ele, a administração pública das finanças era um desastre, ao lado da difícil situação das principais empresas estatais brasileiras que poderiam atuar de forma relevante na recuperação econômica brasileira. No governo FHC, dada a orientação escolhida, estas empresas seriam vendidas num espúrio processo de privatização e de descapitalização do país. Neste contexto, ainda analisando a década de 1980, Cano conclui que ao quantificar-se “os recursos internos e externos necessários para a recomposição e modernização (da infraestrutura e da indústria), [...] se efetivariam num horizonte muito maior do que 10 anos” (CANO, 1994, p. 34). Depois de analisar o setor têxtil, energia, comunicação e saneamento básico, assevera que, totalizando as parcelas necessárias para estruturar estes setores, impossível de ser feito simultaneamente, “nosso atraso não seria de 15 a 20 anos (investimento em cada setor separadamente), mas de 30 a 35 anos” (p.39).

Este quadro tornava-se um demiurgo para a democracia brasileira que se iniciava depois de vinte anos de governo militar-autoritário, com muitos de seus atores ainda em lugares estratégicos no planalto central do país.

É relevante o papel que os movimentos sociais e os partidos políticos tiveram neste período ao exigirem as políticas de demanda social, o mesmo se podendo dizer da organização dos trabalhadores. O *novo sindicalismo* liderado por Lula da Silva, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com articulação orgânica com o sindicalismo que emergia, novos partidos surgiram, com destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT).

Em razão dessa conjuntura houve tendência de fortalecimento do legislativo e, pelas mesmas razões, a sociedade civil organizou-se em torno da atividade política de demanda social, buscando influenciar o desenho do orçamento do Estado a cada

ano. Contudo, em função do déficit referido, as reivindicações jamais poderiam ser atendidas e, paradoxalmente, movimentos políticos e sociais bem como o poder legislativo enfraqueceram-se. Em decorrência, a sociedade desorganizou-se, porém numa atmosfera de redemocratização. Fora produzida uma conjuntura plena de contradições: uma economia insolvente, com um Estado sem condição alguma de atuar como Estado-providência, por um lado, e, por outro, uma sociedade civil com aspirações democráticas e reivindicatórias, especialmente expressas pelos movimentos sociais.

Uma vez enfraquecidas as entidades e também sem uma forte mediação do legislativo, o Estado por meio do poder executivo passa a “falar” diretamente com o povo (OLIVEIRA, 1995), configurando um quadro de “centralização democrática” e produzindo um momento político e um lugar para o aparelho de Estado favorável ao ajuste que viria a se realizar no início da década de 1990.

Tal ajuste foi apresentado, em razão do reducionismo ideológico da esfera estatal-pública realizado pelos que defendiam a adaptação do Brasil à *predominância financeira*, como inexorável para a superação da crise capitalista gestada no âmbito da socialdemocracia predominante. Na realidade, fez-se presente primeiramente no Chile e, como uma *caixa de pandora*, mudanças semelhantes ocorrem, em seguida, nos Estados Unidos e em países da Europa e da América Latina. A ideologia do inexorável ou o forte argumento do “*There is no alternative*”, que percorreu todos os oito anos de FHC, acabou sendo um dos primeiros argumentos e justificativa para a opção do governo Lula em continuar o monetarismo de FHC. O movimento político conhecido como lulismo e a visibilidade do precariado tiveram aí sua origem.

Segundo vários autores (OLIVEIRA, 1995; PAULANI, 1997), naquela conjuntura brasileira, pode-se perceber, claramente, uma mudança oficial de discurso e debates sobre os rumos do país. Outrora, o debate se fazia em torno da dependência do Brasil ao capital estrangeiro, fundamentava-se nas teses cepalinas do nacional-desenvolvimentismo, do antagonismo entre ortodoxia econômica e seu antitético a heterodoxia, porém, diante de uma *ideologia do inexorável*, tudo passou a girar sobre eixos como estabilidade econômica, maior valor agregado, novas relações com o capital internacional, novas relações entre empresa nacional e empresa de capital internacional, precificação ou não, estabilidade das instituições financeiras, baixas taxas inflacionárias, desregulamentação financeira e comercial, dentre muitos outros discursos que pareciam indicar como única saída, para todos os problemas do país, a sua adaptação ao novo momento do capitalismo mundial. Naquele contexto, a “hegemonia da grande política” já teria se assentado nas mentes dos brasileiros e restaria uma forma específica para realizá-la de forma regulada na história recente do Brasil: a “hegemonia da pequena política”.

Em texto recente, Coutinho (2010), recorrendo a Gramsci, argumenta que esta mudança de discurso, muito bem divulgada pela mídia, consistia na construção da “hegemonia da pequena política”. Isto implica dizer que a hegemonia neoliberal já havia se instalado no Brasil. Restava, pois, consolidá-la por meio das alianças e estratégias políticas para formular e criar as condições para a objetivação da “hegemonia da grande política”: a ideologia neoliberal.

Como resultado, radicais transformações aconteceram nas formas de produção da vida humana, em todas as suas dimensões, em razão da própria racionalidade

da formação econômico-social capitalista. A base produtiva alterou-se significativamente por meio do desenvolvimento científico. A economia, em sua dimensão micro, reestruturou-se em face de seu próprio movimento e do ocorrido com a *mundialização* no âmbito macro. Ocorre, ainda, transformação radical nas relações entre as grandes corporações e instituições republicanas, bem como no paradigma organizacional e de gestão, com o objetivo de consolidação do monetarismo, ferramenta crucial demandada pelo capital financeiro.

No plano político, a esfera pública, primeiro, restringe-se e desregulamenta-se para, em seguida, regulamentar-se novamente e, assim, possibilitar a expansão do setor privado, expansão que só foi possível em razão da retirada do Estado da esfera pública com a decorrente abertura de espaço para a entrada do capital privado, especialmente o capital financeiro. O Estado torna-se, ele mesmo, um perverso instrumento de exploração e dominação da classe trabalhadora em qualquer tipo de trabalho; material, imaterial, hiperqualificado ou de baixa ou baixíssima qualificação, mas, sempre norteado para a acumulação e para dar suporte ao capital-dinheiro estrangeiro, que passou a ser o combustível da economia brasileira.

Essa nova configuração econômica – impulsionada pelos organismos multilaterais (Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial - BM) orientados pelas diretrizes enfeixadas pelo Consenso de Washington⁴ – marca o início de um novo regime econômico e político, e de uma ampla rede de intercâmbios comerciais, produtivos e financeiros. As políticas de liberalização da economia dos países emergentes, em especial o Brasil, resultaram na abertura de seus mercados ao investimento estrangeiro e, desta maneira, no aumento do fluxo de capital externo direto.

Salama (2007) mostra que o aumento do fluxo de investimento estrangeiro direto (IED), nesse período, foi resultado de um modelo de desenvolvimento econômico, cada vez mais dependente da entrada de capitais, adotado, por países como o Brasil, em resposta às crises econômicas dos períodos anteriores. Esse modelo de desenvolvimento baseava-se na rápida abertura econômica que provocava, em alguns casos, a destruição ou a reestruturação do aparelho produtivo, como foi o caso do Brasil, bem como uma reforma das instituições republicanas, um novo pacto social e a mudança da sociabilidade do trabalhador. As reformas carregaram em si essa racionalidade.

A abertura extremamente rápida das economias às trocas internacionais (comerciais e financeiras) e a rápida liberalização do conjunto dos mercados donde o *Estado se retirou* provocaram um choque difícil de controlar. Os aparelhos produtivos evoluíram profundamente, mas as relações sociais degradaram-se muito (aumento do desemprego e forte precarização do emprego). A produção nacional recuou face às importações e assistiu-se mesmo a uma substituição da produção nacional (SALAMA, 2007, p.133, grifos nossos).

4 O Consenso de Washington é a denominação dada aos resultados do encontro realizado, em 1989, em Washington, por representantes do governo norte-americano, FMI, BM, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e representantes de vários países, com o objetivo de sistematizar (e buscar acordo sobre) as principais diretrizes de política econômica com base no ideário neoliberal e que deveriam ser implementadas pelos países participantes do encontro. Essas diretrizes abrangiam as seguintes áreas: a) disciplina fiscal; b) priorização dos gastos públicos; c) reforma tributária; d) liberalização financeira; e) regime cambial; f) liberalização comercial; g) investimento direto; h) privatização; i) desregulação; j) propriedade intelectual.

Destaca-se que o lugar deixado pelo Estado em razão de sua reforma foi prontamente ocupado pelo mercado, como se deu com a reforma da previdência. FHC iniciou essa reforma no setor privado, Lula deu continuidade em 2003 e Dilma encerra-a no setor público em 2012. Em síntese, o “Estado retirou-se” do seu dever de cumprimento desse direito, abrindo espaço, rapidamente ocupado pelos planos de previdência privada e, em seguida, incorporado aos fundos mutuais no âmbito mundial e na forma de capital financeiro. Na universidade pública ocorre o mesmo movimento, abrindo espaço para a entrada do capital nessa instituição. As Parcerias Público-Privadas (PPP), os Fundos Setoriais (FS), a Lei de Inovação Tecnológica (LIT), a “Lei do Bem”, etc. são a objetivação do novo ordenamento jurídico que deu guarida à retirada do Estado de sua condição de garantidor da natureza pública da universidade. Aí reside, com contradições, mas de forma estrutural, o que se tem chamado de mercantilização da educação superior pública.

Salama (2007) argumenta adicionalmente que o crescimento das importações e a reorganização do trabalho, resultantes do processo de reestruturação econômica na década de 1990, estimularam o aumento da produtividade, mas não de modo suficientemente rápido para incrementar no curto prazo as exportações e o aumento da rentabilidade do capital. Além disso, nesse mesmo período, havia uma forte apreciação das taxas de câmbio reais, o que favoreceu a entrada de capitais. Todavia, seguiu-se um processo de contração de exportações e de expansão das importações, o que levou a desequilíbrios na balança comercial. Com o objetivo de atrair capitais estrangeiros, as taxas de juros foram mantidas em nível elevado, o que aumentou o custo dos empréstimos e, conseqüentemente, diminuição dos projetos de investimento.

Em razão do exposto, passou a ser mais interessante colocar o capital em títulos do Tesouro do que investi-lo em projetos industriais ou comerciais. A adesão do país à predominância financeira exigiu a preponderância da gestão monetária nas políticas do Estado Nacional. O poder nacional deslocou-se para o Banco Central!

A construção do momento atual: fundo público mobilizado para o capital e mercantilização de espaços sociais

Nessa nova etapa histórica, a ciência, a tecnologia e a informação, de que se servia o capital de forma subsidiária em fases anteriores, tornam-se estratégicas para o fortalecimento de suas forças produtivas centrais (na condição de *General Intellect*,⁵ MARX, 1987, p.216-238), desenvolvidas sob seu monopólio. O dinheiro converte-se no principal móvel econômico, em virtude do modo de reprodução ampliada do capital por meio da predominância financeira, concretizado pelo mercado mundial de capitais, através da *mundialização financeira*, especialmente na sua forma de capital portador de juros.

As corporações transnacionais, escudadas em organizações financeiras, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o

5 “La naturaleza no construye máquinas, ni locomotoras, ferrocarriles, electric telegrafs, selfacting mules, etc. Son estos productos de la industria humana; material natural, transformado en órganos de la voluntad humana sobre la naturaleza o de su actuación en la naturaleza. Son *órganos del cerebro humano creados por la mano humana*; fuerza objetivada del conocimiento. El desarrollo del capital fijo revela hasta qué punto el conocimiento o knowledge (Intelecto colectivo) social se ha convertido en *fuera productiva inmediata*, y, por lo tanto, hasta qué punto las condiciones del proceso de la vida social misma han entrado bajo los controles del *generall intellect* y remodeladas conforme el mismo. Hasta qué punto las fuerzas productivas sociales son producidas no solo en la forma de conocimiento, sino como órganos inmediatos de la práctica social, del proceso vital real” (MARX, 1987, p.229-230, grifos em negrito são nossos).

Banco Mundial, assumem, articuladas com os governos dos países centrais, o centro do poder mundial, em detrimento dos anseios da sociedade civil que supostamente se expressariam no Estado nacional. As culturas nacionais também se enfraquecem neste processo e a organização dos partidos, sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais caminham na mesma direção.

Desse mesmo modo, no Brasil, o Estado Nacional (Estado-Nação) tende mais para aparelho burocrático de Estado, servil ao Banco Central e à gestão monetária, conquanto servil ao capital fictício no mercado mundial. Por outro lado, o *Investimento Externo Direto* (IED) torna-se o grande veículo de movimentação da economia brasileira, devido ao trabalho político realizado por governos e suas equipes, ao escolherem o modelo econômico de aderência à predominância financeira. Vale destacar que tal modelo exigiu imediatas mudanças nas instituições republicanas do país.

Como decorrências e componentes estruturais dessa nova fase, adquirem dimensão cada vez mais ampla o desemprego, a desestatização/mercantilização do Estado (a mercantilização da democracia liberal e o estatuto de instrumento de produção imposto ao Estado) e a terceirização da economia, legitimados pelas concepções inspiradas no liberalismo, provocando intenso processo de mercantilização de espaços sociais, e toda forma de fundo público mobilizado para o capital, especialmente, no caso da educação e pesquisa em sua modalidade aplicada.

Tal movimento de mercantilização e o novo paradigma gerencial do fundo público, em razão do novo estatuto do Estado, ocasionam profundas mudanças no *ethos* das instituições educacionais públicas mediante novas relações com a sociedade e reformas educacionais assentadas no trabalho abstrato, próprio dessa nova forma histórica do capitalismo mundial e brasileiro, isto é, tendo-o como eixo central de sua estruturação e organização.

Em consonância, as relações entre capital e trabalho tendem a conformar um campo novo para a esfera educacional. Diante da materialidade desse quadro, os trabalhadores são induzidos a assumir, por meio da educação, uma postura de permanente busca por capacitação continuada para torná-los reempregáveis. Suas qualidades subjetivas devem ser entendidas como mercadorias, algo objetivo a ser adquirido como condição de sua empregabilidade numa sociedade cada vez mais sem emprego, situação resultante da ruptura da racionalidade histórica do momento brasileiro que sofria estrutural mudança com o “fim da era Vargas”, como anunciaria o então presidente eleito Fernando Henrique Cardoso. Trata-se, pois, da incorporação do perverso processo de culpabilização do trabalhador em face de seu eventual fracasso no mercado de trabalho.

Como se pode observar, a partir da segunda metade da década de 1990, vários traços culturais que fundam as relações sociais brasileiras repõem-se com nova feição histórica. O viés tecnicista da educação brasileira, suposto meio eficaz para o desenvolvimento, atualiza-se num pacto social entre antagonicos e sob a égide de um governo central pragmático, popular e democrático, em vez de sob os ditames autoritários da finda ditadura civil-militar.

É sintomático que neste período ocorra a descontinuidade dos movimentos sociais que reivindicavam políticas públicas para o atendimento do déficit social e produtivo dos anos 1980, quando, hoje em dia, organizações não governamentais reclamam,

com recursos públicos ou não, nacionais ou estrangeiros, o que antes era considerado direito social e subjetivo do cidadão. Em acréscimo, todos os índices sociais e econômicos pioraram até ao menos meados da década de 2000.

A qualificação e a formação profissionais são um exemplo bem acabado dessa ruptura. A Central Única dos Trabalhadores, por exemplo, por muito tempo, fez uso intensivo, para esse fim, das verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – também o fizeram organizações não governamentais, como a *Unitrabalho*.

No campo da administração pública, as políticas públicas para o social, com destaque para a educação, outrora de demanda pela sociedade civil, tornaram-se políticas de oferta assentada num orçamento orientado para tornar o país, pela racionalidade do novo estatuto estatal, subordinado às agências multilaterais e a um Congresso Nacional fisiológico. São políticas de fundos de oferta feitas pelo Estado, fato possível dada a reforma do aparelho burocrático do Estado e aos fatores anteriormente delineados.

A feição histórica atual do capitalismo no Brasil produziu um processo de controle e regulação sociais que procura a “nova institucionalidade” assentada na busca do consenso entre antagonicos, busca o “consentimento passivo” de intelectuais e da sociedade por meio de negociação submetida à política econômica, assumida desde o início dos anos 1990 e do movimento econômico, antropológico, político e cultural que foi nominado lulismo. Toma-se por hipótese que a política negociada externamente por FHC, quando diplomata, e realizada, inicialmente, quando Ministro da Fazenda com o Plano Real, tornou-se política e economicamente o embrião de seu programa de governo, e, com as mudanças de estratégias e alianças para a prática política, teve acentuação no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda que a esfera social, sob o mesmo paradigma político, tenha sido mais bem observada, contribuindo sobremaneira para consolidar o lulismo.

O debate sobre o lulismo: a síntese possível

O entendimento sobre o lulismo não é uma empresa fácil, pois na condição de objeto está ainda em movimento e, mesmo brilhantes intelectuais que estudam o movimento político, atestam a falta de densidade histórica, e instrumentos teóricos que somente são produzidos considerando a história do país e a especificidade do capitalismo brasileiro. Diante dessa limitação busca-se compreender o atual momento político brasileiro e o fenômeno do lulismo, com apoio de quatro dentre os principais analistas do tema: Francisco Oliveira (2010), Carlos Nelson Coutinho (2010), André Singer (2012) e Ruy Braga (2012).

Quando FHC assumiu a presidência da República Federativa do Brasil, já havia escolhido ao lado de sua base política – os representantes do capital financeiro nacional e internacional – o modelo econômico por meio do qual o Brasil faria seu ajuste neoliberal, isto é, como o país realizaria sua adesão à predominância financeira.

A opção política, em face dos compromissos assumidos por FHC, foi fazer do Brasil um excelente destino para o mercado mundial de capitais. Este modelo politicamente escolhido – referido com base em Salama (2007), anteriormente apresentado – impôs a alteração dos fundamentos da economia brasileira e, conseqüentemente, a mudança

estrutural das instituições republicanas, do pacto social do país e da sociabilidade dos brasileiros, além de sobrecarregar o ciclo de capital real de produção de valor. Portanto, profundas mudanças nas relações de trabalho tiveram curso, acompanhadas, invariavelmente, da intensificação do trabalho humano e de exigências de aumentos constantes de produtividade para o que a ciência e a educação básica e superior são chamadas a colaborar, no centro do processo.

A compressão do ciclo de capital financeiro sobre o ciclo de capital produtivo, de pronto comprimiria o ciclo real de produção de valores. A isto, Harvey (1994), em *A Condição Pós-Moderna*, chamou de compressão do espaço e do tempo e alertou, de forma oportuna, que esta compressão era uma característica do capitalismo em todas as épocas, cuja consequência seria a intensificação ascendente da exploração da classe trabalhadora.

Esta breve exposição mostra por onde se realizaria a reforma das instituições republicanas, para o que nos interessa da universidade pública, mais especificamente para o Subsistema Federal de Educação Superior.

André Singer (2012) no livro *Os Sentidos do Lulismo* mostra sua hipótese já no subtítulo do livro – *reforma gradual e pacto conservador*. Para o autor, nesta obra que resulta de sua tese de livre-docência cujo concurso ocorreu em 2011, o lulismo é um processo de reforma gradual e um pacto conservador. Valendo-se de Marx – especialmente de duas de suas obras: *Luta de classes na França* e *o 18 Brumário de Luiz Bonaparte* – analisa as estruturas sociais para a construção do Estado burguês. Para Singer, seria necessário estar acima das contradições de frações de classes e da contradição entre elas, com o apoio de um segmento social que ocupasse lugar na produção sem se pôr na esfera política: o campesinato. É necessário destacar aqui que o campesinato é parte do modo de produção capitalista como estrutural fração de classe e indispensável para a existência da “hegemonia da grande política”. O campesinato não se organiza como um segmento social.

Por outro lado, traz para o debate, a todo instante, as análises gramscianas que decorrem da categoria “Revolução Passiva”. Com uma artilharia empírica forte, assevera que o lulismo teria surgido de um realinhamento eleitoral que se consolidara em 2006, mas, que fora produzido no seu primeiro mandato, a partir de 2002. O principal instrumento de Lula teria sido o Programa Bolsa Família e o alvo grande parte da população nordestina, que seria o lixo social da classe trabalhadora (MARX), vivendo na linha de extrema pobreza ou abaixo dela. Este, eventualmente para Singer, seria *o campesinato de Lula*.

Em razão do programa focal já referido, esses seres humanos socialmente invisíveis foram socialmente incluídos pelo consumo e sem um projeto político assumiram o projeto de Lula. Este movimento visto, agora, parece ser seguro. Exibe a alta popularidade e a blindagem política do ex-presidente, pelo menos em relação a essa camada da população.

Lula elegeu a sua sucessora, desconhecida politicamente, além de haver conseguido a façanha de quebrar a hegemonia da pequena política do PSDB, ao menos em São Paulo nas últimas eleições municipais.

Ao trazer os invisíveis para a cena do consumo Lula aproximou-se da base industrial e expandiu sua base política, não apenas no âmbito dos trabalhadores, mas

também entre os capitalistas. Fato fundamental, pois, sob a perspectiva econômica, era imprescindível esse movimento, posto que o modelo econômico poderia “fazer água” sem a produção de valor e sem o aquecimento do mercado interno. Considerando as privatizações de que se valera FHC, ao seu governo restava a objetivação das reformas, já em grande medida formuladas pelo presidente anterior.

A opção política do Partido dos Trabalhadores, na campanha de 2002, como se pode ler de forma clara e límpida na *Carta ao Povo Brasileiro*, foi a de assumir a condição de plataforma de produção de valor no contexto de diretrizes de uma *servidão financeira*. Era necessário mostrar, por um lado, o país com uma grande potência de produção de riqueza, mas ainda potência; de outro, operar de forma muito eficiente a gestão monetária do país.

Não por acaso Lula deixou de criticar a autonomia do Banco Central e chamou Henrique Meirelles, ex-presidente mundial do Bank of Boston, para presidi-lo. A gestão monetária orientava e orienta as políticas universais e focais do Estado brasileiro. De fato, as vicissitudes do mercado mundial de capitais, mediadas pela gestão de Meirelles (2003 a 2011), é que orientavam as políticas soberanas do país, donde a *servidão financeira*. A riqueza na forma de potência, dada a opção do modelo de política econômica adotada, como explica Salama (2007), precisa transformar-se em riqueza efetiva. Para esta realização o *Intelecto social coletivo brasileiro* deveria aumentar e de pronto produzir a transformação da potência em ato realizado.

Neste ponto, Singer (2012) começa a desenhar o lulismo. Lula não atenta contra a ordem e continua o plano econômico de seu antecessor, não afronta o capital financeiro. De outro lado, ao trazer os invisíveis para a cena política se fortalece politicamente e no plano antropológico começa a se tornar um mito. Uma vez que os invisíveis são muitos, sua base aumenta. Por outro lado, aumenta, além dos representantes do capital financeiro, os do capital industrial e de uma grande massa de agentes sociais que se tornam eleitores. Eis, em breve síntese, o que defende Singer.

Destaca-se, entretanto, que Singer toma a fração de classe como um segmento social moldado por um perfil socioeconômico determinado e, com isso, desfigura o precariado como fração da classe trabalhadora necessária para a manutenção dos que vivem do salário com direitos sociais daí derivados. Esse não é um fato irrelevante, visto que é a base material para a manutenção da “hegemonia da grande política”.

O sociólogo Francisco de Oliveira (2010) aponta o lulismo – denominado por ele de *hegemonia às avessas* – como uma forma de dominação diferente de todas que a história brasileira já viveu e aponta que, ainda que possamos começar pelo marxismo de Gramsci, o ponto de chegada não será com sua sociologia política. Em diálogo com Oliveira, Coutinho (2010) exhibe o lulismo constituído pela predominância da “hegemonia da pequena política” em razão da consolidação da “hegemonia da grande política”. Nesse movimento, a estratégia da pequena política ocultaria a “hegemonia da grande política”, explicando desta forma o lulismo.

Oliveira insiste em argumentar que o lulismo é a *hegemonia às avessas*. Poucos compreendem à primeira vista a expressão, sem ler os seus argumentos. O autor não descarta partir de Gramsci, para o entendimento do lulismo, mas afirma que o ponto de chegada não o será na teoria política desse autor. Para ele, os fundamentos da “hegemonia às avessas” ainda estão se consolidando.

Trata-se de um fenômeno novo, que exige novas reflexões. Não é nada parecido com qualquer das práticas de dominação exercidas ao longo da existência do Brasil. Suponho também que não se parece com o que o Ocidente conheceu como política e dominação. Não é patrimonialismo, pois o que os administradores dos fundos de pensão estatais gerem é capital-dinheiro. Não é patriarcalismo brasileiro de *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, porque não é um patriarca que exerce o mando nem a economia é “doméstica” (no sentido de *domus* romano), embora na cultura brasileira o chefe político possa se confundir, às vezes, com o “pai” – Getúlio Vargas foi apelidado de pai dos pobres. [...] Não é populismo, como sugere a crítica da direita, e mesmo alguns setores da esquerda, porque o populismo foi uma forma autoritária de dominação na transição da economia agrária para a urbano-industrial. [...] Nada disso está presente na nova forma de dominação (OLIVEIRA, 2010, p.25-26).

Após analisar a diferença do lulismo em relação às demais formas de hegemonia e dominação no Brasil, apresenta por que *hegemonia às avessas* não é apenas uma expressão provocativa como sugere Coutinho (2010). Argumenta que há um lugar central para o consentimento passivo no lulismo. Não se trata de os trabalhadores consentirem que os representantes do capital governem o país, mas ao avesso, é o capital que consente que os supostos representantes do trabalho governem o país em seu nome. Trata-se de um fenômeno único e a instituição republicana universidade pública parece estar envolta no mesmo processo de *hegemonia às avessas*.

Ruy Braga (2012), parte da categoria “Revolução Passiva” de Gramsci para apontar o que a sociologia do trabalho vem estudando há algum tempo. A emergência do precariado: uma fração de classe formada “por aquilo que, excluídos tanto do lumpemproletariado⁶ quanto da população pauperizada, Marx chamou de ‘superpopulação relativa’” (p. 123). Braga comunga com Marx esta definição com base no “salarizado” (classe de trabalhadores com direitos sociais e cidadania). Ela permite colocar o precariado, como parte do modo de produção capitalista, entre as estruturas sociais, como uma fração de classe, portanto como parte da classe trabalhadora. Em acréscimo, esta definição permitiria “retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção possibilita-nos tratar o precariado como uma *dimensão do processo de mercantilização do trabalho*.(p.49)”. Por essa razão, Braga assume a categoria da revolução passiva e busca exibir o movimento de transformação das formas de dominação no país: o trânsito do populismo ao tipo singular de hegemonia lulista.

Considerações finais: o Subsistema Federal de Educação Superior como agência executiva de políticas de Estado

Interessou-nos discutir nesse texto: a base da hegemonia às avessas, da reforma gradual e pacto conservador, da hegemonia da pequena política para consolidação do neoliberalismo ou da construção de um novo tipo de hegemonia – a lulista. O

6 O autor usou tal denominação para ‘qualificar’ parte classe da trabalhadora rejeitada pelo mercado de trabalho por questões econômicas de nosso tempo: informais, jovens trabalhadores desqualificados ou semiquilificados, trabalhadores que praticam ações ilícitas para sobreviver, trabalhadores sub-remunerados, ou aqueles que trabalham em condições degradantes. São, contudo, consequência da reprodução contraditória das relações de produção capitalistas.

belo debate dos intelectuais em muito esclarece o que vem acontecendo no Brasil com a adesão específica do país à predominância financeira e nos permite enxergar o movimento histórico que leva à reforma do Estado como o primeiro momento para a transformação das instituições republicanas, em particular, para as instituições do Subsistema Federal de Educação Superior.

Singer (2012) aponta uma contradição central na sua forma de construir essa matriz: o lulismo disse sim à ordem e deu continuidade, no plano econômico e institucional, ao governo de FHC; por outro lado, criou condições para uma hegemonia (às avessas, de pequena política) para a emergência do precariado. Esta é a diretriz que se colocará nas mudanças das instituições republicanas. Razão pela qual, defendemos que as instituições do Subsistema Federal de Educação Superior se tornaram agências executivas de políticas de competência do Estado em duas principais dimensões: 1) no empresariamento do conhecimento e 2) na certificação em massa. Na primeira dimensão repousa a objetivação de não atentar contra a ordem e, na segunda, introduzem-se mudanças para o atendimento dos invisíveis de Lula ou do precariado, que o sustentam politicamente.

Na era do lulismo, para além da dimensão política, a universidade contribui no âmbito do econômico, do cultural e da produção da nova sociabilidade. Para tal, precisa expandir-se nas duas dimensões: através do crescimento e internacionalização da pós-graduação em áreas economicamente prioritárias; daí as pesquisas serem induzidas para a produção de um conhecimento potencialmente produtivo e para uma forma de fazer científico que dispensa a crítica. Por outro lado, expandir o acesso à educação superior pública para os segmentos sociais mais excluídos também é estratégico, pois, além de fornecer mais força de trabalho para a execução do trabalho precarizado, constitui-se em um estrutural apelo para a produção da *hegemonia às avessas*. É nesse segundo âmbito, que se deve considerar iniciativas como o Programa de Apoio a Planos à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para Todos (ProUni) – (no caso para a esfera privada), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a Escola de Gestores, o Curso Pedagogia da Terra, os Cursos para os conselheiros municipais, a Universidade Aberta do Brasil, e recentemente as cotas para a escola pública, e outros programas de natureza semelhante.

Todo o longo período aqui analisado nos leva a entender tais programas e suas objetivações em casos específicos segundo a abordagem que aqui se tomou como referência, isto é, a educação e, enfaticamente, o Subsistema Federal de Educação Superior vem sendo transformado em um instrumento amplo e eficaz na produção e reprodução do lulismo.

Contudo, restam indagações. Primeiramente, sobre o espectro que ronda o mundo e assusta no Brasil: a crise econômica mundial é estrutural em sua vulnerabilidade sistêmica, além de mudar de setor e país ou continente. O que será do lulismo e do novo papel que a educação e a universidade vêm realizando quando a crise mundial deslocar-se para a América Latina? Mais recentemente, um novo *susto*: “depois de anos de frustrações, desesperança e desencanto, quando dominava, mesmo entre militantes calejados, o sentimento de que vitórias [e grandes movimentos] não eram mais possíveis e que a única alternativa era a acomodação, novas perspectivas se

apresentam” (VAINER, 2013). As multidões que estão nas ruas de muitas cidades brasileiras, exigindo mudanças, compostas de movimentos emergentes, movimentos mais ou menos organizados nos últimos anos, partidos políticos, grupos culturais de todo tipo, não estarão a desafiar o lulismo e a *hegemonia às avessas*?

Referências

- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova(des)ordem internacional**. São Paulo: FAPESP e Editora UNICAMP, 1994.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RISEK, Cibele. (Orgs). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- KONDER, Leandro. **Historia das Idéias Socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la economia política** (Grundrisse) 1857-1858, v. 2. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1987.
- MARX, Karl. O coup main de Luís Bonaparte (o Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte). In: FERNANDES, Florestan. **Marx Engels**. São Paulo: Ática, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco. **Collor – a falsificação da ira**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PAULANI, Leda Maria. Teoria da inflação inercial: um episódio singular na história da ciência econômica no Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). **50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 162-167.
- SALAMA, Pierre. América Latina e Ásia: uma mesma lógica de crise, mas responsabilidades nacionais específicas. In: CHESNAIS, François; PLIHON, Dominique (Orgs.). **As armadilhas da finança mundial: diagnósticos e soluções**. Lisboa: Campo da Comunicação, 2007. p. 127-142.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- VAINER, Carlos. **Mega-eventos, mega-negócios, mega-protestos: uma contribuição ao debate sobre as grandes manifestações e as perspectivas políticas**. Disponível em: http://www.chicoalencar.com.br/_portal/artigos_do.php?codigo=1166. Acesso em: 24 ago. 2013.

Recebido em 08/04/2014. Aprovado, para publicação, em 30/04/2014